



BLEINE OLIVEIRA
REPORTER

Passados oito anos de sua aprovação como lei, o Plano Diretor de Maceió volta ao centro das ações político-administrativas com a criação de um grupo de trabalho que tem como objetivo examinar sua efetiva aplicação no desenvolvimento da cidade. O grupo foi criado há cerca de três meses, a partir de audiência pública realizada pela Câmara de Vereadores, para analisar as diretrizes já definidas e, a partir delas, produzir um diagnóstico da atual realidade, numa cidade que tem hoje quase 1 milhão de habitantes.

Para a arquiteta Dione Laurindo Pereira, especialista em gestão de cidades, que coordena o grupo de trabalho, são muitos os avanços registrados em Maceió a partir da criação do Plano Diretor. Entretanto, acrescenta, há desafios a serem vencidos, pois muitos problemas surgiram ao longo do desenvolvimento urbano. Questões de qualidade são apontadas como essenciais.

A lei municipal nº 5486 – mais conhecida como Plano Diretor de Maceió – foi aprovada em dezembro de 2005, na gestão do então prefeito Cícero Almeida, e terá vigência até 2015, quando deverá ser revista. O grupo de estudos criado agora pelo município representa uma preparação para essa revisão, mas visa prioritariamente analisar as mudanças ocorridas nesses quase oito anos, ou seja, desde que foram definidas as diretrizes gerais da política de desenvolvimento urbano de nossa cidade.

Mudanças vieram, e neste sentido a coordenadora do grupo de estudos cita a expansão urbana da parte alta de Maceió e a construção de avenidas como a Pierre Chalhita e a Márcio Canuto. Mas conforme as normas do Estatuto das Cidades, de onde se origina o Plano Diretor, é preciso avançar mais, garantindo mobilidade, transporte urbano, saneamento e outros serviços públicos capazes de dar qualidade à vida coletiva.

A leitura que técnicos da Secretaria Municipal de Planejamento, da Câmara Municipal, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), representantes dos segmentos da sociedade civil e da iniciativa privada estão fazendo, ressalta a arquiteta Dione Laurindo, vai mostrar o que não funcionou nesses oito anos, e definir as formas de fazer com que aconteça. O propósito é orientar a ação do poder público, mas também massificar o Plano Diretor na direção da iniciativa privada para a construção dos espaços urbanos que assegurem à população de Maceió condições de vida saudáveis. Confira a entrevista.

Gazeta. A Prefeitura de Maceió deu início a uma série de estudos sobre o Plano Diretor da capital. Essa legislação será atualizada?

Dione Laurindo. Como a gente está numa nova gestão, é importante que se tenha conhecimento efetivo do Plano Diretor. Esse é o principal instrumento da política de desenvolvimento ur-

bano e ambiental de Maceió. É uma referência obrigatória para os agentes públicos e privados que atuam no município. Estamos fazendo uma leitura com vários segmentos, onde verificamos o que saiu do papel e o que não se conseguiu, e porquê. Estamos buscando dados para subsidiar uma futura revisão. O Plano deve ser revisado a cada dez anos. Como ele é de 2005, obrigatoriamente faremos essa revisão daqui a dois anos. Nessa leitura, estamos pegando dados que podem ser úteis nessa futura revisão.

Como o Plano Diretor se reflete no dia a dia do maceioense?

A aprovação do Plano Diretor é um momento muito importante da vida de nossa cidade. Tivemos três audiências públicas e 12 oficinas temáticas onde as pessoas puderam expor a cidade que queriam. Tudo foi transformado em propostas e diretrizes. Hoje, temos aberturas de vias, como as avenidas Pierre Chalhita, Márcio Canuto, a Eco, que foram diretrizes do Plano Diretor. Elas foram pactuadas com a população, que viu o acesso da parte alta para a parte baixa como necessário para o crescimento da cidade. Pensado naquele momento, isso está sendo efetivado hoje. Outra questão a se destacar na criação do Plano Diretor é o reordenamento do crescimento. Os estudos mostraram que o Tabuleiro seria uma área de expansão urbana. Isso está se efetivando. Basta ver o que era aquela região há seis anos. Tudo previsto no Plano Diretor. Precisamos de recursos federal, estadual e municipal para dar suporte a esse crescimento da parte alta, especialmente no que se refere a saneamento. Há no Plano Diretor um projeto de saneamento da cidade. Já estamos buscando recursos para executá-lo. Como também a questão da mobilidade. Já está sendo pactuado, juntamente com o Estado, a melhoria da Via Expressa.

Por que os gestores não entendem que o saneamento é importante para assegurar esse crescimento urbano de forma planejada, como normatiza o Plano Diretor?

Isso não depende somente do município, precisa ser pactuado em todos os níveis da gestão. E depende muito de recursos. Acho que agora a população está começando a acordar. E neste sentido é preciso cobrar efetivamente, além da mobilidade, o saneamento. Isso faz diminuir os problemas de saúde. É um investimento muito importante.

O que se pode apontar como positivo na cidade, que decorre da criação do Plano Diretor?

Com o Plano, a gente conseguiu a expansão urbana na parte alta, a abertura de vias, como a Márcio Canuto e a Josefa de Melo, a via que passa por dentro do Porto de Maceió, que também estava prevista. Em termos ambientais conseguimos garantir as áreas de preservação, como o manancial do Pratygy, que conseguimos manter preservado. As unidades de preservação em relação às casas de interesses históricos, também preservadas. Embora haja exem-

plos do que conseguimos fazer cumprir o que estava no plano. São unidades de grande importância arquitetônica e histórica para nossa cidade, que foram mapeadas no Plano Diretor e a gente fez o possível para manter preservadas. Outra coisa que tivemos muito ganho foi a substituição por uma ocupação mais ordenada. São exemplos de que tivemos muitos ganhos até 2005, como a Via Expressa, que era melhor para a cidade, mas não sabia como defender. Sabíamos que eventualmente alguma coisa não ia dar certo, mas não tínhamos uma legislação efetiva para impedir. Hoje, temos o Plano Diretor como um aliado.

De que forma o Plano Diretor tem influenciado a realidade de Maceió hoje?

As cidades que mais cresceram nas últimas décadas. Nossa população, principalmente de baixa renda, cresceu muito na década de 1980. A área urbana também. Hoje, temos cerca de 1 milhão de habitantes e essa cidade é uma

DIONE LAURINDO
ARQUITETA
E URBANISTA,
DIRETORA DE GESTÃO
DO PLANO DIRETOR
DE MACEIÓ

“Com o Plano Diretor, a gente conseguiu a expansão urbana da parte alta, a abertura de vias como a Márcio Canuto e Josefa de Melo, a via que passa por dentro do Porto de Maceió, que também estava prevista”

“Acho que deveria haver nas escolas uma disciplina para ensinar a conhecer e usar a legislação”

URBANISMO.

Dione Laurindo, coordenadora do grupo que revisa o Plano Diretor de Maceió, explica de que forma o dispositivo influencia a vida da população da capital, e reclama do descumprimento de regras simples – como a construção irregular de calçadas por toda a cidade

“Plano Diretor organiza o crescimento de Maceió”

das mais densas do Nordeste. Isso a gente tem que trabalhar com muito cuidado, priorizando as áreas públicas. Construindo conjuntos habitacionais que possam atender creches, escolas e equipamentos que garantam a ocupação das crianças, evitando problemas como drogas e demais conflitos urbanos.

Então, o Plano Diretor tem importância inclusive para o enfrentamento da violência, um dos maiores problemas que o alagoano enfrenta?

Com certeza. A aplicação do Plano Diretor com efetividade minimiza os conflitos e a violência.

Os investidores costumam vir à prefeitura em busca de informações sobre a legislação municipal antes de iniciar um empreendimento na cidade?

Com certeza. Hoje, qualquer empreendimento só é feito depois de passar pelas secretarias municipais de Controle do Convívio Urbano e de Planejamento. Nossa vontade técnica garante que o Plano seja respeitado. A gente tem todo o apoio do gestor maior, o prefeito [Rui Palmeira], que sempre nos ouve para saber se o Plano está contemplado nesse ou naquele empreendimento. Isso nos dá bastante segurança. Há até casos em que a pessoa desiste do empreendimento por ver que não é viável, conforme a legislação.

Pode citar algum exemplo?

Um investidor da área hospitalar queria construir um hospital num terreno na Avenida Gustavo Paiva, próximo a uma clínica já existente. O Plano Diretor não permite a verticalização ali; é área de construção pequena. Já representa um sério problema urbano. Não pode ter um novo polo gerador de tráfego, pois já tem um trânsito bastante congestionado. Ao nos procurar, mostramos a esse empreendedor os impedimentos técnicos e que seus clientes não chegariam por conta do trânsito. E ele entendeu. Isso mostra como é importante, antes de construir, buscar a legislação, consultar os órgãos municipais. Para saber onde já está saturado. Essa é a nossa responsabilidade, mostrar a importância do ordenamento da cidade.

Quem está participando desse

grupo de estudos?

O grupo é multidisciplinar, tem vários segmentos participando. O Sebrae, a Câmara de Vereadores. Todos estão participando ativamente e trazendo informações. Isso é uma riqueza muito grande. O problema do nosso Brasil é a falta de capacitação dos gestores. Como estamos num novo momento, com os gestores buscando essa capacitação, vivemos um momento rico. É um grande avanço para as coisas darem certo. As vezes, a gente tem vontade técnica, mas não tem poder de decisão. Então, nesse momento que o gestor público se junta à iniciativa privada para construir uma cidade melhor, isso é grandioso.

Qual a diferença entre as discussões que antecederam à criação do Plano Diretor e essas que estão ocorrendo agora, oito anos depois?

O momento, agora, é de mais experiência. Estamos analisando o que aconteceu a partir da legislação criada, o que funcionou, o que não aconteceu. Com o Plano Diretor, criou-se um novo tempo, com a participação de todos. Hoje, a população vem e diz o que quer em relação aos equipamentos públicos.

O Plano Diretor não chegou ao povo nos bairros da periferia, que constrói como quer. Como mudar isso?

Acho que deveria haver nas escolas uma disciplina para ensinar a conhecer e usar a legislação. Quando a gente conhece os próprios direitos e deveres, sabe que pode muito mais, que tem direito a uma cidade melhor. Uma questão é o passeio das calçadas. Conseguimos melhorar um pouco, mas é necessária uma política mais efetiva. Hoje, 33% da população andam a pé. É um percentual muito alto. Mas essas pessoas não exigem um passeio adequado. Sempre se valorizou demais o automóvel, especialmente na década de 1980. Os recursos não contemplavam passeios. A nova legislação obriga, por exemplo, que os conjuntos habitacionais sejam dotados de calçadas acessíveis e cicloviárias. Há uma demanda muito grande de pessoas andando a pé. Precisamos de um passeio desobstruído. Isso vai ajudar a reduzir a violência, garantir saúde física. Muita gente usa o carro por que não pode caminhar pelas calçadas. O